

Os séculos da Semana Modernista

Francisco Alambert

Folha de S. Paulo, 26.set.2021

A Semana de 1922 é uma guerra de interpretações e afirmações.

[RESUMO] Em texto sobre modernismo, autor, que participa de seminário do Sesc, diz que história da Semana de 1922, que completa um século em fevereiro do ano que vem, é uma guerra de interpretações e afirmações.

Apenas 40 anos antes da célebre [Semana de Arte Moderna de 1922](#), as questões do debate brasileiro sobre cultura e política poderiam ser resumidas em: devemos ou não abolir a escravidão?; como fazer parte do “concerto” das nações” e da lógica do trabalho livre, moderno e industrial?; é a Monarquia ou a República a forma política imprescindível para o Brasil do futuro?; culturalmente éramos meros copistas das ideias e das formas estrangeiras — e assim condenados a adaptar formas e ideias que nos seriam sempre estranhas — ou, ao contrário, tínhamos uma cultura própria, “original” e deveríamos assim nos afastar de toda influência “estrangeira”? [A “brasilidade” era motivo de ufanismo](#) ou uma sina de tristeza?

A extraordinária proximidade histórica entre 1880 e 1920 mostra, simultaneamente, o quanto o tempo no Brasil pode estar defasado e o quanto ele pode acelerar muito rapidamente. Os artistas modernistas, todos nascidos entre fins da década de 80 e início da década de 90 do século 19, são tanto [descendentes desses debates do passado pós-colonial](#) quanto foram apóstolos das novas ondas trazidas pela civilização industrial. Dito de maneira mais clara: eles forçosamente tinham que se debater com o passado recente que não passava e com o novo que já tardava.

Essas contradições e permanências são a base da história da Semana de Arte Moderna de 1922, como também são a matéria da história local. Por isso a Semana é o [mais importante “fato” histórico do Brasil moderno](#), do ângulo da história da cultura. Por isso ela recebe uma existência histórica. Quer dizer, ela adquiriu a capacidade de ser inventada e desinventada, amada e odiada, reconstituída e desconstruída nos momentos em que a história do Brasil moderno precisa ser posta na ordem do dia ou no silêncio da noite.

A Semana de 1922 é entendida como uma [performance em forma de ato de guerrilha aristocrática](#) de jovens burgueses anti-burgueses, dando-se a isso ora sentido positivo, ora negativo. Praticamente ninguém nega o fato de que a Semana nasceu para ser mito, para ser reiteradamente narrada. Para tanto, o fogo deveria arder muito depois daqueles dias de fevereiro de 1922 e muito além do Teatro Municipal. Rubens Borba de Moraes, dândi bibliófilo moderníssimo, descendente de Borba Gato, disse que eles queriam, no mínimo, “descoelhonetizar” a literatura e “desperrepizar” a política. Era um bom início de conversa.

Não há uma história da Semana que não tenha que ser também uma história do século brasileiro da Semana. A história da Semana de 1922 é uma guerra de interpretações e afirmações que renascia todas as vezes em seus aniversários decenais, em que ela era admirada ou escarnecida. Se nos dias de fevereiro a resposta agressiva da plateia foi parte da performance tanto quanto o que acontecia no palco do Teatro Municipal de São Paulo ou nos salões modernos dos donos do café, sempre que se falou da Semana de 1922, esse ato se refez.

Pelo menos até o momento em que, por volta da década de 1980, a Semana foi desaparecendo como emblema para todas as mudanças, estabilizando-se apenas como um acontecimento histórico (ou como matéria de mercado acadêmico). Desde então ela passou a

ser cada vez menos efusivamente comemorada, ainda que permanecesse como uma fantasmagoria a assombrar o sono dos vivos.

A Semana é um fato sacralizado como [evento-símbolo da mentalidade renovadora e moderna do Brasil](#). Repetir isso, destacando seu aspecto mais ou menos regressivo, como se fez nos anos 1980 (e continua se fazendo até hoje), é tão válido e banal quanto repetir a efigie de que os dias de fevereiro de 1922 foram equivalentes aos dias de outubro de 1917. Mais do que o rol de intrigas, o que interessa saber é que a história da Semana é a história do século 20 querendo saber quem somos e para onde vamos — com mais ou menos desatino.

O que sabemos, sem dúvida, é que os participantes começaram a escrever uma história de seu evento fundador elegendo os pontos a se privilegiar que se tornariam, desde então, os pontos a serem afirmados ou negados. A partir daí a Semana de Arte Moderna tornou-se efeméride oficial e passou a ser recontada e reinventada conforme os interesses e necessidades de cada época em que o Brasil teve que (re)pensar sua modernidade peculiar.

Nas duas primeiras décadas do século 20, o movimento modernista, cujo centro foi a Semana de 22 (mas obviamente não começou nem se encerrou nela), acende diferentes processos de afirmação e construção de sua legitimidade. O “moderno”, o “nacional” e sobretudo o desejo de “revolução” constituem seus terrenos de disputa e de embates. Os projetos estético-políticos de Mário de Andrade, a antropofagia oswaldiana, o “anarco-comunismo” do CAM de Flavio de Carvalho, a direita nacionalista e fascista, tudo se torna turbilhão em meio à crise de 1929, a “Revolução de 1930” e a ditadura do Estado Novo.

Foi a partir dos anos de 1940 e 1950 que o modernismo de 22 passou a ser “comemorado”. Primeiro pelo negativo. Em seus 20 anos, [a Semana foi incendiada pelo seu mais insigne representante: Mário de Andrade](#). Ele inaugurava, no contexto da ditadura e da Segunda Guerra Mundial, a crítica modernista ao modernismo: paradoxalmente fazendo cinzas do passado “inconsciente” e convocando, no antigo “estilo” de 22, os artistas a “marcharem com as multidões”.

Em sentido bem menos paradoxal, seguindo os ares otimistas pós-45, Oswald de Andrade e Lourival Gomes Machado chamam de volta o modernismo da Semana como impulso para um novo tempo. Em seus 30 anos, o legado da Semana receberá releitura, engajada e otimista, do mais radical intelectual modernista, o crítico de arte e militante socialista Mário Pedrosa. Entre os dois Mários, e diante dos ventos favoráveis do desenvolvimentismo, um segundo momento modernista se constituía.

Estávamos nos tornando irreconhecivelmente inteligentes, como ironizou Roberto Schwarz. Nos anos 1960 o modernismo de 22 ressurgia como “vanguarda” no contexto dos levantes, insurgências e revoluções (imaginárias ou não) mundiais. Ao mesmo tempo, e na contramão, do fracasso dos sonhos modernistas representado pelo golpe militar triunfante. Tanto, e de tal maneira, que as comemorações dos 50 anos da Semana, em 1972, serão tingidas pelo verde-amarelismo e pelo nacionalismo escatológico, autoritário e reacionário — e ainda assim modernizador.

O turbilhão agora se torna uma terra em transe, e encontra na oposição entre o “nacional-popular” — que reivindicava a herança de Mário de Andrade — e o [“Tropicalismo” — que reinventava a antropofagia oswaldiana](#) na chave do desencanto — seu grande embate. As décadas seguintes serão marcadas ora pela continuidade do debate, ora pela descrença completa dele, como nas “releituras” pós-modernistas. O segundo tempo modernista chegava ao fim.

O Modernismo, do qual a [Semana de 1922 se tornou o acontecimento simbólico](#) mais imponente no Brasil, pode ser entendido como um processo de contínuo levante em favor de

diversos e contraditórios projetos de modernização e complexa busca de autonomia criativa dentro da modernidade — o novo tempo do capitalismo. Tal processo não foi de modo algum exclusivo do Brasil no século 20. Era parte de um conjunto de ações, não menos decisivas, contraditórias e abertas, sobretudo latino-americanas. Por isso é preciso pensar os “atos” modernistas também em perspectiva comparada, do sul ao norte das Américas.

É assim que o seminário "Diversos22: Levantes Modernistas" foi pensado, junto com a equipe do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. Porque o centenário da Semana se levanta, novamente, diante de um novo tempo de fracasso. Em andamentos neoliberais, vozes constituem o turbilhão, de horizonte rebaixado da fragmentação de projetos e sentidos. [Tempo de bolsonarismos, de antimodernismos patrióticos](#), de autoritarismos em várias direções.

Diante da “vanguarda” do obscurantismo, só uma pergunta é essencial: o que os modernismos de 1922 —ele mesmo e suas reinvenções já seculares — têm a dizer sobre o Brasil de 2022? [Walter Benjamin](#), no incendiário ensaio “Experiência e pobreza” (1933), notou que o momento decisivo da primeira metade do século 20 opunha duas formas de “barbárie”. Havia os bárbaros entregues aos imperativos destrutivos e catastróficos do horror que a I Guerra Mundial e a crise econômica criaram — aquilo que Freud chamou de pulsão de morte. E havia os novos bárbaros, que ele identificava com os artistas modernos — destrutivos também, porém plenos de pulsão de vida — e os revolucionários empobrecidos das ruas. “Sua característica”, ele diz, “é uma desilusão radical com o século e ao mesmo tempo uma total fidelidade a esse século”.

Quando se queima a estátua de um antepassado de classe de muitos dos modernos da Semana — contra o qual eles mesmos se insurgiram com seu fogo de palavras e gestos —, é 1922 que se realiza no presente ou o seu contrário? O passado é, na urgência do agora, um velho “semióforo” — na figura potente usada por Marilena Chauí para entender os mitos fundadores — ou é combustível para a utopia incendiária e, dessa maneira, levante ainda ativo na luta contra o “passadismo” mais do que secular do autoritarismo social e político? A Semana foi elitista ou não? Foi autoengano? Foi mito “inventado”? Está superada e substituída pelos novos arranjos identitários? Ainda podemos ser antropófagos?

Há muito mais perguntas do que respostas no tempo que nos condena ao distanciamento ou à aproximação dos desejos modernistas. Mas as perguntas têm que ser suficientemente boas para que possamos desejar levantar do esgoto do contemporâneo e queimar estátuas e semióforos, velhos ou novos.